



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE UNB PLANALTINA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
RURAL
(PPG-MADER)

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

ÉLVIA CARDOSO DA SILVA LIMA

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA

ESCOLA CLASSE ETA 44 (2020 – 2023)

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA COLETIVA - UMA ORGANICIDADE PARA
TRANSFORMAR A ESCOLA

BRASÍLIA-DF

2023

ÉLVIA CARDOSO DA SILVA LIMA

**ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA
ESCOLA CLASSE ETA 44 (2020 – 2023)**
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA COLETIVA - UMA ORGANICIDADE PARA
TRANSFORMAR A ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Educação do Campo da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo.

Orientador (a): Professor Doutor Felipe Canova

BRASÍLIA-DF

2023

RESUMO

Esta pesquisa propõe relatar o trabalho desenvolvido pela coordenação pedagógica coletiva da Escola Classe ETA 44, no âmbito das diretrizes da Educação do Campo, tendo como ferramenta a necessidade de uma organicidade no seu arcabouço para uma ressignificação do cotidiano e da forma escolar. A metodologia empregada foi a pesquisa participante, uma vez que a mesma viabilizou a participação ativa e cooperativa do grupo. Aspectos importantes da cultura popular foram identificados durante o percurso, quando tentamos resgatar histórias, memórias, lutas, tradições e identidades da comunidade escolar. A proposta de uma organicidade referenciada motivou e está redirecionando o diálogo entre escola e comunidade, que pressupõe a transformação da escola em um espaço comunitário para registrar as memórias e protagonismos.

Palavras-chave: Educação do Campo. Organicidade. Coordenação pedagógica coletiva. Cultura Popular.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CM – Currículo em Movimento

CRE – Coordenação Regional de Ensino

EAPE – Subsecretaria de Formação Continuada/Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

E.C – Escola Classe

ETA 44 – Escritório Técnico-Agrícola N°44

LEdoC – Licenciatura em Educação do Campo

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PAD/DF – Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal

PP – Proposta Pedagógica

PPP – Projeto Político-Pedagógico

SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

UE – Unidade Escolar

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

TRAJETÓRIA DE VIDA E MEMORIAL ACADÊMICO.....	6
1. INTRODUÇÃO.....	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
3. NOSSO TERRITÓRIO - PLANALTINA E A ESCOLA CLASSE ETA 44.....	19
4. PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA COLETIVA.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS.....	34

TRAJETÓRIA DE VIDA E MEMORIAL ACADÊMICO

Nasci em novembro de 1970, moradora da cidade de Planaltina - DF, pertencente a uma família em situação de vulnerabilidade socioeconômica-cultural. Não frequentei o Jardim de Infância, o meu primeiro contato com a leitura e a escrita aconteceu aos seis anos de idade, quando minha mãe ingressou no Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) na Escola Classe 05 de Planaltina, no período noturno.

Lembro-me da minha fascinação pela professora da turma. A amorosidade e o respeito com que ela tratava os estudantes eram incríveis. Na turma eu reconhecia algumas pessoas do meu cotidiano, como por exemplo, o verdureiro que passava com um carrinho de mão na nossa rua todos os dias vendendo as hortaliças produzidas por ele e sua família, o pedreiro que construiu o muro da casa de um vizinho, uma senhora mãe de doze filhos que morava na casa ao lado da nossa. A professora me incluía nas atividades e em alguns momentos ela ¹permitia que eu auxiliasse a minha mãe com as lições da cartilha.

Aos sete anos de idade, fui matriculada na 1ª série, no período matutino, na referida escola. Permaneci na E.C 05 até a 4ª série e nesta escola fui alfabetizada, brinquei, fiz muitas amizades que duram até hoje. Em especial, quero citar a Vanilza Mafra, amiga desde que tínhamos sete anos de idade, frequentamos as mesmas escolas e cursamos o Magistério na Escola Normal de Planaltina.

Aos 18 anos fui aprovada no concurso para professora, ingressei na Fundação Educacional do DF em 18-05-1989, atualmente, Secretaria de Estado de Educação do DF e escolhi a Escola Classe Lamarão, localizada na zona rural de Planaltina.

Na Regional de Ensino de Planaltina, fui atendida pela Responsável pelas escolas rurais, hoje escolas do campo. Imaginem a minha surpresa ao me entregarem as chaves da escola? Disseram que as aulas estavam suspensas, pois a única professora da escola encontrava-se de licença maternidade. E, ainda, a minha primeira tarefa seria solicitar que essa professora desocupasse as dependências da escola, uma vez que ela, o marido e o filho estavam morando no alojamento destinado aos professores.

¹ O Mobral foi um Programa criado em 1970 pelo Governo Federal com o objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil, sofreu intervenção durante o regime militar e foi extinto em 1985.

Providenciaram uma carona para mim, numa caminhonete que estava entregando material escolar e de expediente em algumas escolas, inclusive na E.C. Lamarão. A viagem foi longa, demoramos quase um dia para chegar à escola, ao chegarmos o motorista descarregou o material, desejou boa sorte e seguiu caminho. Fiquei hospedada na casa de uma família por duas semanas, prazo que a professora precisou para mudar-se, uma vez que eu não fui capaz de solicitar a saída imediata dela, afinal ela estava com um bebê recém-nascido. As professoras e professores ficavam alojados em dormitórios nas escolas, ou dividiam dormitórios com os funcionários da Emater-DF, nos escritórios que tinham alojamentos ou dependendo da localidade dormiam na casa de algum morador na comunidade.

Assumi as turmas de 1ª a 4ª série, num total de aproximadamente 60 estudantes, a secretaria da escola, a chefia de uma merendeira e um zelador idosos, a Direção da escola, cujo cargo na época era chamado de Responsável pela escola rural. Com uma semana de trabalho solicitei a abertura de uma vaga para professora. Já sabendo que não haveria candidatos, convenci a professora Vanilza Mafra, aquela minha amiga de infância, que também foi aprovada no mesmo concurso, a optar pela atuação em uma escola rural, no caso a que eu estava.

Lembro que para chegar na E.C. Lamarão às 8h tínhamos que sair de Planaltina às 5h15min da manhã, a minha mãe me acompanhava até a parada de ônibus. Os estudantes da região também utilizavam esse transporte público e alguns estudantes da 5ª à 8ª série entravam no ônibus às 5h40min na Rajadinha, para iniciarem as aulas às 7h30min no PAD/DF. As escolas eram distantes, as estradas em péssimas condições, tinham pontes quebradas e grandes desvios. Entre os passageiros estavam os estudantes, os funcionários das escolas, os trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar, as mulheres trabalhadoras apanhadoras de café, o pessoal das Cooperativas. E, ainda, pequenos agricultores aproveitavam para transportar caixas de verduras e pequenos animais, como galinhas e leitões para serem vendidos na feira de Planaltina.

Eu sempre levava o material da escola no ônibus, porém uma vez passei dos limites. No mês de agosto o poço da escola secou, não tínhamos água nem para beber, na maioria das casas o “rego d’água” também secou e tínhamos que buscar água em um rio “próximo” da escola. Ao solicitar providências da Regional de Ensino, me ofereceram um “carneiro”. Onde eu ia criar esse animal? O meu problema era a falta de água e na escola já tínhamos galinheiro com galinhas bravas e uma plantação de mandioca. Foi então que descobri que o “carneiro”

era uma bomba d'água para retirar a água do rio e canalizar até a escola. A Regional não tinha transporte, então contratei um carroceiro perto da rodoviária e levamos o “carneiro” e as tubulações. O fiscal da TCB (Transporte Coletivo de Brasília) tentou impedir, porém o motorista do ônibus e os passageiros convenceram esse fiscal a autorizar o transporte. Promovemos na escola um mutirão e a comunidade fez a instalação.

Foi nesse período que experienciei situações relacionadas à luta empreendida pelos sujeitos do campo e suas organizações. Com a nossa participação nos eventos da comunidade como encontros e festejos religiosos, aniversários, eventos da Emater - DF, Fundação Zoobotânica - DF e os bailes organizados pela associação de moradores da região, passamos a pertencer à comunidade. Eu e Vanilza promovemos em 1990 uma grande Festa Junina que contou com a participação ativa de toda a comunidade escolar, inclusive foi nosso primeiro contato com estudantes do curso de Agronomia da UnB, que desenvolviam um projeto de pesquisa em uma chácara na região.

Logo a escola iniciou uma parceria com a Universidade de Brasília (UnB), devido a uma pesquisa de uma doutoranda, que escolheu a E. C. Lamarão como laboratório para pesquisa. Na Escola Fazendária da UnB, atual Fazenda Água Limpa (FAL) aprendemos algumas técnicas de cultivo e cuidados com solo.

Em 1992, fui convidada pela Regional de Ensino de Planaltina, para atuar no Programa Atendimento Domiciliar, passando a ter lotação no Centro de Ensino Especial 01, atuando posteriormente em diversos cargos e funções, inclusive vice - diretora, permanecendo nesta escola até o ano de 2002. Na Educação Especial, participei do movimento e da luta por uma Educação Inclusiva e durante o processo priorizei a formação continuada, podendo assim, atender estudantes com Necessidades Educativas Especiais (NEE), nas unidades escolares regulares e nas unidades escolares especializadas.

Em 2003 retornei para a Educação do Campo, na Escola Classe ETA 44, localizada a 13 km de Planaltina-DF nas imediações da BR 020, km 18, Embrapa - CPAC. Segundo documentos com data de criação, a escola iniciou suas atividades em 1961 numa instalação onde funcionava o estábulo e silo do antigo Escritório Técnico Agrícola n.º 44 (ETA 44), do Ministério da Agricultura, atual Embrapa Cerrados.

Quando me apresentei no início do ano letivo de 2003 estava grávida da minha segunda filha e com um filho de quatro anos que matriculei numa turma multisseriada da pré-escola (estudantes com idades de quatro, cinco e seis anos) na referida unidade de ensino.

Em meados de 2004, uma situação me marcou profundamente e, o meu filho ainda hoje, quando recorda, fica entristecido. Nessa época as famílias dos nossos estudantes ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que estavam acampadas na região, já vinham sofrendo em anos anteriores, ameaças de fazendeiros, grileiros e até jagunços armados.

Pois bem, durante o recreio, no período matutino, aconteceu um choro coletivo das crianças, que começou no “campo de futebol” que dava a visão para uma pista de carros de acesso ao Núcleo Rural Sarandi. Num primeiro momento fiquei sem entender a situação e então avistei uma grande movimentação de veículos da Polícia Militar, incluindo o Regimento de Polícia Montada, caminhões da NOVACAP e SLU com ordem para despejo e intimidações às famílias acampadas. O que eu podia fazer? Quando revisito essa memória consigo sentir a dor e a tristeza das crianças, foi um dos momentos mais difíceis que vivenciei dentro de uma escola. Apeguei-me à minha arte de interpretação, vesti uma máscara e passei para o acolhimento às crianças.

Nessa ocasião houve a intervenção de lideranças ligadas à direção do Partido dos Trabalhadores (PT) do DF e de representantes da comunidade local. Tempos depois algumas famílias receberam pequenas propriedades/lotes de terreno e não permaneceram organizadas no Movimento. Ademais, a equipe escolar não promoveu ações, debates e encontros sobre o ocorrido, não por falta de empatia, pois todos os funcionários ficaram sensibilizados e alguns indignados com a situação, mas por falta do entendimento relacionado às lutas por Reforma Agrária e a Educação do Campo.

Ao longo dos anos, nesta escola, ocupei o cargo de professora, coordenadora e professora de sala de recursos generalista, entre outros, permanecendo até o final do ano letivo de 2010.

Em 2019 retornei como vice-diretora para a E.C. ETA 44 e no momento presente estou diretora na escola em questão.

1. INTRODUÇÃO

Muito se discute sobre a importância da gestão democrática nas escolas da rede pública de ensino. Até chegarmos ao formato em que trabalhamos hoje no Distrito Federal, foram necessárias muitas lutas e como resultado desse processo histórico tem a Lei nº 4.751/2012, a qual dispõe sobre Gestão Democrática do Sistema Público de Ensino do Distrito aprovada no final de 2011. Em dezembro de 2022, a Lei sofreu alguns ajustes em caráter emergencial, como a prorrogação dos mandatos das atuais diretorias e conselheiros escolares que terminarão em 31 de dezembro de 2023, conforme apreciação na Câmara Legislativa do Distrito Federal em 06/12/2022.

Atualmente na função de gestora na Escola Classe ETA 44, ao analisar e observar juntamente com os profissionais da educação que atuam na escola, as políticas educacionais da SEEDF, bem como os documentos regulatórios da Educação Pública do Distrito Federal, concomitantemente, informações a respeito dos marcos conceituais e normativos que regem as políticas da Educação do Campo nos âmbitos nacional e distrital, foi percebida a necessidade de uma reorganização no trabalho pedagógico e uma ressignificação do papel da escola, enquanto unidade de ensino que oferta Educação do Campo.

Nessa perspectiva percebe-se um aspecto importante a ser considerado na organização do trabalho pedagógico que são os elementos constitutivos dessa organização: a Gestão Democrática; a Formação Continuada; a Coordenação Pedagógica e a Avaliação Formativa. Ademais, faz-se necessário considerar o Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo, que de acordo com Diretrizes Pedagógicas para Educação Básica do Campo

constitui-se num instrumento investigativo letivo, dialógico e dialético que tem como objetivo reconhecer os elementos educativos presentes no território camponês que servirão de subsídio na construção do Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar, cuja essência como elemento técnico, visa garantir a política educacional voltada para as Escolas do Campo, legitimando-as. O principal elemento educativo e norteador dos estudos da comunidade escolar camponesa, na construção desse Inventário, é a terra (DISTRITO FEDERAL, 2019, p.43).

Partindo dessa premissa, a coordenação pedagógica coletiva é o foco de interesse dessa pesquisa. E, ainda, com base na minha experiência e trajetória profissional enquanto professora da rede pública de ensino do DF desde maio de 1989, em escolas classes, desejo compartilhar parte das minhas memórias em relação ao espaço-tempo destinado à coordenação pedagógica.

Recordo que durante a transição da Fundação Educacional do DF para a Secretaria de Educação do Distrito Federal (1995 a 2000) se intensificou o movimento de luta por parte do magistério público em relação à coordenação pedagógica da categoria, visto que até essa época, nas escolas classes, o(a) professor(a) contratado(a) em regime de quarenta horas semanais trabalhava em regência de classe com duas turmas, uma em cada período, por quatro dias na semana, sendo destinado um turno semanal (por turma), para o planejamento de suas atividades e para sua formação continuada.

A partir do ano 2000 com a jornada ampliada para toda a rede, como conhecemos hoje, a coordenação pedagógica passou por mudanças importantes como, por exemplo, o(a) professor(a) em escola classe, com contrato de quarenta horas semanais, em jornada ampliada, no turno diurno, passou a ter cinco horas em regência de classe e três horas em coordenação pedagógica, diárias, perfazendo vinte e cinco horas em regência de classe e quinze horas em coordenação pedagógica.

Sendo assim, para os professores que atuam com quarenta horas semanais, no turno diurno, com jornada ampliada, em regência de classe na Educação Infantil e no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, as quartas-feiras são destinadas à coordenação coletiva na unidade escolar, terças e quintas-feiras destinadas à coordenação pedagógica individual na unidade escolar ou à formação continuada, as segundas e sextas-feiras são destinadas à coordenação pedagógica individual, podendo ser realizada fora do ambiente escolar.

É importante citar que na SEEDF, além do espaço-tempo previsto na coordenação pedagógica, contamos com o suporte pedagógico para promover a formação continuada, representada pela Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação. Além de que, são oferecidas ações de formação por parte da

Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB), pelas Coordenações Regionais de Ensino (CRE), por meio das Unidades Regionais de Educação Básica (UNIEB) e outros.²

O principal objetivo dessa pesquisa é investigar, na coordenação coletiva, os impactos da organicidade do trabalho formativo com os docentes na Escola Classe ETA 44, articulado com o trabalho sobre cultura popular e sua conexão no pertencimento dos docentes com os princípios e valores da Educação do Campo.

Como objetivos específicos, pretendemos sistematizar os registros históricos sobre a Escola Classe ETA 44 e promover a escuta sensível dos (as) docentes da escola, entendendo-os como sujeitos participantes da pesquisa.

A metodologia utilizada é a pesquisa participante, uma vez que a mesma possibilita uma ação coletiva, cooperativa, participativa e ativa ao nível da captação de informação de todos os envolvidos. Como técnicas de pesquisa, utilizaremos a entrevista estruturada com os (as) participantes das coordenações pedagógicas, a serem respondidas de forma anônima, e o registro de observação participante da autora. Dessa maneira, buscaremos captar a diferença entre o momento de uma coordenação pedagógica alicerçada na forma da escola urbana e a transição para uma coordenação pedagógica em que pressupostos da Educação do Campo emergem, bem como a relevância da cultura popular nesse novo momento organizativo.

Esse trabalho contou com a anuência, contribuição e cooperação dos(as) participantes em relação às produções e registros elaborados durante os encontros realizados nas coordenações coletivas da referida unidade escolar.

² A Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação faz parte da estrutura atual da SEEDF. Sendo que, já foi conhecida como Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE) e, ainda, Centro de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No início do ano letivo de 2023 na Escola Classe ETA 44, durante os encontros dos docentes nas coordenações pedagógicas coletivas, objetivando a organização do trabalho pedagógico da unidade escolar, o grupo revisitou, avaliou e atualizou o Projeto Político-Pedagógico. Para consolidar tal prática, retomou o debate sobre o Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo.

É importante ressaltar que desde o ano letivo de 2021, nos espaços destinados à coordenação coletiva na E.C.ETA 44, a proposta de organização com base nas formações do Escola da Terra foi paulatinamente inserida nos encontros com os (a) docentes da escola.

Esta pesquisa busca mostrar que a coordenação pedagógica coletiva, no caso específico da Educação do Campo, necessita de uma organicidade no seu arcabouço para uma ressignificação do cotidiano escolar. Nesse processo que vivenciamos na E.C.ETA 44 destacam-se as contribuições da vice-diretora da escola, da coordenadora pedagógica local e, ainda, das professoras da U.E que participaram da formação continuada realizada pela Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina (FUP/UnB), em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), como parte das ações do Programa Escola da Terra, do Ministério da Educação.

Por conseguinte, consideramos e sugerimos uma proposta de organicidade, baseada na dos encontros do referido Programa, onde os grupos se dividem em tarefas articuladas para o sucesso de cada momento formativo, para estes momentos as funções propostas eram: mística, articulação e mediação, registro e memória, avaliação. Sendo que futuramente a escola poderá construir a sua, respalda em um olhar crítico-reflexivo da sua práxis pedagógica.

Nesses primeiros encontros coletivos e de formação, que ocorreram na EC.ETA 44, introduzimos a mística. E, ainda, à medida que novos momentos formativos aconteceram, acrescentamos alguns elementos, como a mediação e a memória.

No dicionário da Educação do Campo, conforme Ademar Bogo, a Mística apresenta algumas explicações:

a) Pelas religiões - as experiências religiosas, desde a Antiguidade, tratam a mística como “espiritualidade”. Nessas experiências, ela aparece como atitudes pelas quais o ser social se sente parte, ligado e re-ligado ao todo que é o cosmos (Boff, 2000). b) Pelas ciências políticas – as revelações subjetivas no entendimento das ciências políticas são compreendidas como expressões do “carisma” que há em cada ser social. As qualidades particulares ou habilidades próprias de cada indivíduo são colocadas a serviço da coletividade e tornam-se contribuições identificadas com cada tipo de sujeito. c) Pelos movimentos populares – pela fundamentação filosófica, os movimentos populares compreendem a mística como expressões da cultura, da arte e dos valores como parte constitutiva da experiência edificada na luta pela transformação da realidade social, indo em direção ao topos, a parte realizável da utopia (BOGO, 2013, p.473).

Chama-me a atenção como, em especial, os movimentos populares concebem a mística, pois na maioria das vezes, ela acontece em um contexto festivo, onde há o destaque de frases, músicas, fotos, produção de murais, apresentações teatrais, cirandas e outras práticas que trazem à memória dos participantes a importância da identidade coletiva, do território ao qual pertence, o conhecimento das histórias das lutas por direitos e a diversidade cultural.

E, ainda, nas coordenações coletivas dessa escola, durante o percurso pedagógico, ao tentarmos resgatar histórias, memórias, lutas, tradições e identidades da comunidade escolar, alguns aspectos importantes da cultura popular foram identificados. Desse modo é válido afirmar que a cultura popular influencia de maneira significativa a organização do trabalho pedagógico e a proposta de formação continuada na referida unidade escolar.

Na mediação dessas coordenações coletivas, inicialmente representantes da equipe gestora conduziam esse momento, procurando seguir o cronograma previsto, mediar a participação dos interessados em ter momento de fala, observar o tempo disponível para as ações e outros. Para a memória, optamos pelo registro fotográfico e a descrição das ações em caderno ata.

Para a operacionalização do currículo, a escola desenvolve o trabalho por meio de projetos diversificados a longo e em curto prazo, os quais envolvem toda a

instituição. É importante mencionar que para além dos projetos coletivos os (as) educadores (as) têm autonomia para criar outros em suas salas de aula conforme o desenvolvimento e avaliação dos processos de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar.

Um exemplo é o projeto Pérola Negra criado inicialmente, pela professora e estudantes da turma de 4º ano em 2019 que é referência na luta por uma Educação Antirracista na escola. Um de seus desdobramentos em 2023, onde serão ofertadas oficinas lúdicas de dança, percussão e de confecção de instrumentos musicais, com ênfase na cultura afro-brasileira e indígena, trata - se de uma parceria da Educação em Tempo Integral da E. C. ETA 44 com educadores populares e oficinairos de um Grupo de Maracatu chamado Tambores do Amanhecer, de Planaltina - DF.

2.1. Cultura Popular

A Cultura é uma das matrizes formativas apresentadas nas Diretrizes Pedagógicas da Educação do Campo para a Rede Pública de Ensino do DF:

Cultura - “trata-se da criação e da recriação que emerge das relações nas quais os seres humanos, ao transformarem o mundo, simultaneamente transformam a si próprios”. Esta matriz relaciona-se diretamente com a matriz terra, quando “essas transformações se dão na ordem material, ou seja, quando a criação e a recriação tomam materiais da natureza, dando a eles formas que não possuíam até então” (CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO; FRIGOTTO, 2012, p. 179). Aliados a essa dimensão, somam-se os aspectos imateriais da cultura (LARAIA, 2001), que dialogam com as criações que independem do trabalho a partir da terra, como contação de histórias, poesias, cantigas, danças, brincadeiras, técnicas de produção artesanal, receitas etc. (Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal – 2019, p.20)³

Com base no Caderno 2 - Residência Agrária da UnB - Cultura, Arte e Comunicação, o texto “Da arte de nadar para o reino da liberdade”, de Marildo Menegat, evidencia a necessidade por uma busca teórica e por uma prática emancipadora na cultura, na arte e na comunicação.

³ As matrizes formativas são os pilares da Política de Educação do Campo e representam marcos conceituais para identificação das unidades escolares como escolas do campo: Terra, Trabalho, História, Cultura, Luta Social, Vivências de Opressão, Conhecimento Popular, Organização Coletiva.

Para Marildo Menegat, a cultura está no campo da práxis social, no qual o trabalho intelectual e a prática não se desvinculam. Ao final do texto ele apresenta:

Para finalizar, proponho uma provocação: arte e cultura não fazem revolução, mas não existe revolução, que seja de fato revolução, que não desenvolva uma arte e uma cultura próprias. Mudar o mundo é muito mais complicado do que fazer apenas arte e cultura, o que já é muito complicado. Mas jamais mudaremos o mundo se não produzirmos uma arte e uma cultura que nos ensinem o caminho para o outro lado do rio, para o reino da liberdade (MENEGAT, 2015, p. 37)

Ainda, na busca por um material, que dialogasse com a cultura popular e as escolas do campo, neste mesmo caderno o texto “A cultura não é a cereja do bolo - Reflexões sobre cultura, memória e identidade”, de Regina Coelly, nos leva a observar que o movimento cultural e educativo presentes nas comunidades campesinas são elementos importantes para repensar, analisar, reconstruir e reorganizar o fazer pedagógico. Mostra - nos a importância de uma formação vinculada à cultura popular e sua conexão no pertencimento dos docentes com os princípios e valores da Educação do Campo. A autora finaliza o texto com:

Em práticas pedagógicas com estudantes do campo, o que temos buscado é essa dimensão formativa por meio da cultura, da história e da memória. Nesse processo o que interessa são as vozes dos sujeitos do campo, homens e mulheres que estão nos territórios construindo suas histórias cotidianas. Para nós, essa formação é parte do entendimento de que identidade só tem quem reivindica (Silva, 2000); por isso trata-se de uma proposta pedagógica que caminha no sentido da valorização das experiências, da memória, das tradições, das identidades construídas no e com o território, na e com a cultura (SARAIVA, 2015, p. 73)

No Dicionário de Agroecologia e Educação, as autoras do verbete Cultura e Agroecologia (PERCASSI et al., 2021) sugerem como ponto de partida para a construção da cultura agroecológica a necessidade de uma consciência ambiental coletiva.

Levantam reflexões como: o que é cultura; as disputas ideológicas e organizativas que estão postas neste campo; a indústria cultural como estrutura de dominação do sistema capitalista e seu papel na legitimação do agronegócio como

projeto capitalista para o campo; e algumas práticas emancipatórias em que a cultura agroecológica se desenvolve.

Nesse mesmo texto há uma citação sobre a origem da palavra cultura, definida pela escritora e filósofa brasileira Marilena Chauí:

A origem mais antiga da palavra encontra-se no verbo do latim colere, que significa cultivar, cuidar. Dele, derivam a puericultura - cultivo e cuidado das crianças, forma original de pensar a educação; culto - à dimensão sagrada da vida, à ancestralidade e às divindades; e a agricultura, o cultivo e o cuidado com a terra, preparar as condições para fazer brotar, florescer e frutificar. Agricultar, então, significava ocupar a terra, trabalhar na terra, viver na terra. Relacionar-se com a terra pode ser considerado um dos mais antigos atos culturais e essa relação também nos permite compreender a história da humanidade (CHAUÍ, 2001, apud PERCASSI et al., 2021, p. 288).

A reflexão sobre a cultura e, especialmente, a cultura popular, nessa pesquisa nos leva à reflexão sobre a escola do campo e sua transformação. Segundo, (FERNANDES et al., 2004), é necessário que a escola faça - se percebida como um espaço que oportunize a prática e vivências na política, na cultura e na economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, considerando suas múltiplas formas de trabalho e de organização, produzindo assim, valores e conhecimentos que oportunizem o desenvolvimento social e econômico igualitário dessa população.

Por conseguinte, o livro “Educação do Campo: da teoria a práxis” nos motiva a um exercício de pesquisa e teorização na busca por uma educação transformadora, libertadora e como processo de resistência.

Os capítulos relatam práticas e vivências pedagógicas diversas, que lembram a citação de Ghedin no início do livro:

Formar uma sociedade cidadã exige, antes de tudo, um novo modelo de escola, não mais centrado no ensino- aprendizagem, mas fundamentado na produção do conhecimento como partilha e troca de experiências entre aqueles que podem, juntos, se autoconstruir. (GHEDIN, 2012 p. 5)

Em especial no capítulo 1, “A práxis como categoria estruturante do projeto de transformação na forma da escola do campo”, os autores apresentam uma análise de

experiências de transformação escolar protagonizadas por egressos (as) do curso de Licenciatura em Educação do Campo - LEdoC, e possíveis aproximações com uma perspectiva de práxis emancipadora na contemporaneidade.

As narrativas sugerem que para a transformação da forma escolar, os educadores (as) precisam estar atentos ao movimento da realidade, à práxis, às experiências vividas, para poder contribuir e promover diferentes estratégias da vinculação da escola com os modos camponeses de vida.

Nas considerações finais, o texto explica:

Isto significa que os objetivos escolares precisam ser alinhados com vistas à compreensão da totalidade, das tensões e contradições que incidem sobre o movimento real das comunidades, e sobre a maneira como produzem materialmente a vida. Isto envolve uma compreensão dialética da realidade, buscando ir além das aparências, e buscar compreender a essência dos fenômenos e construir uma visão de totalidade, considerando a realidade humano-social. Este é um esforço que a escola não realiza de modo isolado, como uma ilha na sociedade. Pelo contrário, requer estreita parceria com a comunidade, na aproximação com os sujeitos, sua realidade, tensões, tramas e contradições que interferem na vida coletiva. (MOLINA, 2021, p.47; PEREIRA, 2021, p.47).⁴

⁴ O livro “Educação do Campo: da teoria a práxis” é uma coletânea, organizada pelo Grupo de pesquisa Formação de Professores, Práticas Pedagógicas e Epistemologias do professor do Campo (FPEC). Apresenta um conjunto de textos sobre experiências de ensino e formação vivenciadas por professores (as) do campo. Nele os autores resgatam a história e a memória da luta camponesa no país.

3. NOSSO TERRITÓRIO - PLANALTINA E A ESCOLA CLASSE ETA 44

Ao dialogar sobre o contexto histórico de Planaltina é inevitável ser transportado à memória dos diferentes grupos que contribuíram para a construção do nosso valioso patrimônio cultural. Em especial, o legado de natureza imaterial, no qual podemos citar os modos de criar, fazer e viver, bem como as formas de expressão e celebração que são características marcantes na formação da identidade cultural do povo planaltinense e que costumeiramente é identificado na comunidade escolar.

3.1. Planaltina - cidade pioneira

Conforme relatório da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD/2021, realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), Planaltina é considerada a Região Administrativa do Distrito Federal mais antiga e foi fundada em 1859. O território pertenceu, inicialmente, à Vila de Santa Luzia (Luziânia), e conserva alguns casarões centenários. Já foi conhecida como Vila Mestre D’Armas, devido a um armeiro que morou na região, sendo ponto de escoamento do ouro retirado de Goiás. Em 1917, a cidade recebeu o nome atual.

Em 07/09/1922, centenário da Independência, a Pedra Fundamental da futura capital foi colocada em área próxima à cidade de Planaltina, dentro do quadrilátero Cruls. Uma parte do território foi integrada ao Distrito Federal em 1960 e a outra passou a ser Planaltina de Goiás, conhecida como Brasilinha. Com a Lei nº. 4.545 de 10 de dezembro de 1964 o Distrito Federal foi dividido em oito Regiões Administrativas – RAs, sendo Planaltina denominada RA VI.

Podemos citar entre os eventos tradicionais a Folia do Divino Espírito Santo e a Via Sacra representadas por atores locais no Morro da Capelinha, durante as comemorações da Semana Santa. Entre as atrações turísticas é comum serem citadas a Igreja de São Sebastião, a Igreja Matriz e o Museu Histórico e Artístico de Planaltina.

Uma marcante representação religiosa situada em Planaltina é o Vale do Amanhecer, que passou por levantamento de referências culturais pela Superintendência

do IPHAN no DF, sendo classificado nas categorias de espaço, território, memória, paisagem cultural e geografia cultural, como lugar sagrado.

Todas essas particularidades, citadas anteriormente, encontram-se descritas no relatório da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios PDAD/2021 aqui apresentados.

Segundo o Brasília Ambiental, órgão executor de políticas públicas ambientais e de recursos hídricos no Distrito Federal, a Estação Ecológica Águas Emendadas é localizada no planalto central brasileiro, no extremo nordeste do Distrito Federal, na região administrativa de Planaltina:

É uma das mais importantes reservas naturais do Distrito Federal, onde ocorre o fenômeno único da união de duas grandes bacias da América Latina, a Tocantins/Araguaia e a Platina, em uma vereda de 6 km de extensão. Essa característica faz dela um dos acidentes geográficos de maior expressão existentes no território nacional: as águas que ali brotam correm em duas direções opostas. A estação ecológica engloba também a Lagoa Bonita, nascente do ribeirão Mestre D'Armas e local de relevante beleza e importância ambiental. Sua área de Cerrado, praticamente intacta, abriga fauna ameaçada de extinção, como a anta, a suçuarana, o tamanduá, o lobo-guará, entre outros, sendo de grande importância para a realização de pesquisas científicas. Por se tratar de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, as visitas são restritas e apenas ocorrem de forma guiada (DISTRITO FEDERAL, 2022).

É no campo de Planaltina, onde temos tanto os recursos hídricos como a proximidade ao agronegócio e à expansão da periferia urbana, que encontramos a Escola Classe ETA 44.

Vejamos mais sobre a história desta escola, em diálogo com as escolas de Planaltina.

3. 2. Escola Classe ETA 44

A Escola Classe ETA 44, consta na relação de escolas públicas existentes na década de 1960 no Distrito Federal, conforme o documento - A Instalação das Escolas no Distrito Federal - Década de 1960 (GETED/DINFE/SUPLAV/SEEDF-2021).

Segundo o referido documento, em 1959 foi instituída no Ministério da Educação, a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB), pelo Decreto nº 47.472 de 22 de dezembro. Essa Comissão ficou responsável pela administração do sistema educacional do Distrito Federal, que vinha sendo exercido pela NOVACAP.

Uma das primeiras atividades da CASEB foi o levantamento da situação educacional, do andamento da construção das escolas, bem como as condições para a instalação definitiva do sistema educacional planejado, através da visita dos membros da comissão (DISTRITO FEDERAL, 1984).

De acordo com o levantamento, no documento já mencionado, havia algumas escolas na região do futuro Distrito Federal localizadas em Planaltina, cidade centenária do Estado de Goiás e em Brazlândia, antiga fazenda Chapadinha.

Em 1960 a Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDEF) foi criada com o intuito de executar a política educacional do Distrito Federal.

Posteriormente, com a reforma administrativa, a Fundação Educacional passou a ser vinculada à Secretaria de Educação e Cultura:

Até a sua extinção, autorizada pela Lei no 2.294, de 21 de janeiro de 1999, e regulamentada pelo Decreto no 21.396, de 31 de julho de 2000, a Fundação Educacional do DF foi o órgão de prestação dos serviços públicos educacionais do Distrito Federal. Após sua extinção, as competências e atribuições foram transferidas para a Secretaria de Educação do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2018; p.59).

A Educação do Campo no Distrito Federal foi instituída a partir do ano de 2011 com a criação do Núcleo de Educação do Campo sob a Gerência de Educação do Campo na Secretaria de Educação do Distrito Federal. Através desse Núcleo, mudanças no campo normativo foram alcançadas, demonstrando o reconhecimento e a importância da Educação do Campo no DF (SOUZA, 2018a).

Segundo informações divulgadas em dadoseducacionais.se.df.gov.br, visitado em 06-05-2023, na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, atualmente 80 unidades escolares ligadas a dez Regionais de Ensino, ofertam a Educação do Campo para 24.458 estudantes.

Em Planaltina, vinte escolas atendem a população campestre. Sendo que, para conhecer um pouco desse contexto, e, ainda, para agregar informações ao Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental da E. C. ETA 44 - 2023, bem como a esta pesquisa, foi gerado um processo via SEI 000-00111598/2023-78.

Na resposta, consta no despacho da SEE/CRE/Planaltina/UNIPLAT, de 15-05-2023, que está sob a responsabilidade da Coordenação Regional de Ensino Planaltina o acervo escolar de duas unidades escolares que já foram extintas: Escola Estande dos Tiros e Escola Classe Pipiripau I.

No mesmo documento, seguem os dados de unidades escolares de Planaltina, que foram extintas, cujo acervo escolar está sob a responsabilidade de outras unidades escolares ativas:

Unidade Extinta	Unidade Responsável
Escola Classe São Bernado	Escola Classe Barra Alta
Escola Classe Retiro do Meio	CEF Cerâmicas Reunidas
Escola Classe Major Cosme de Farias	CED Taquara
Escola Classe Núcleo do Jardim	CED Várzeas
Escola Classe Curral Queimado	CEF São José
Escola Classe Tangará	CEF Pipiripau II
Escola Classe Lagoinha	CEF Rio Preto
Escola Classe São Gonçalo	Escola Classe Coperbrás
Centro Educacional PADF	Regional do Paranoá

Esta tabela é a cópia literal da anexada ao processo SEI 000-00111598/2023-78

Além disso, a CRE Planaltina anexou cópia de um documento com a data de criação e um breve histórico referente à Escola Classe ETA 44, entre eles leia - se:

“[...]Escola Classe ETA 44

Endereço: Rodovia BR 20 - Km 18 - Estrada Brasília - Planaltina - Núcleo Experimental da Embrapa

Data do ano 1961 o início das atividades escolares deste estabelecimento de ensino.

A professora Albertina de Castro foi sua primeira responsável.

1.Criação - Dec. “N” nº 481 - GDF, de 14/1/66 (Leg. Do DF - vol. IV)

Conhecida, inicialmente, como Escola Rural ETA 44

O referido ato foi o primeiro a relacionar oficialmente a escola como existente na rede oficial de ensino.

É, portanto, considerado o ato de sua criação”[...]”⁵

Assim sendo, a Escola Classe ETA 44 é uma escola do campo, localizada a 13 km de Planaltina - DF, nas imediações da BR 020, km 18, Embrapa - CPAC. Iniciou suas atividades em 1961 numa instalação onde funcionava o estábulo e silo do antigo Escritório Técnico Agrícola n.º 44 (ETA 44), do Ministério da Agricultura, atual Embrapa Cerrados.

Em 1975 a Embrapa Cerrados foi criada. Na época, o governo federal instituiu um conjunto de ações para acelerar o desenvolvimento nos estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e no Distrito Federal. Programas de financiamento à produção foram criados, como o Polocentro (Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste) que contemplava construção de estradas, escolas, silos e armazéns, pesquisa agropecuária, assistência técnica, extensão rural, entre outras ações.

Até a década de 60, a região do Cerrado era considerada como marginal para a agricultura intensiva. Sua ocupação foi motivada principalmente pelas mudanças na estrutura rodoviária iniciada com a implantação de Brasília e pela criação do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Polocentro), na década de 70, que levou a uma intensa migração em busca de terras a custos mais baixos em relação ao sul do país e incentivos fiscais para abertura de novas áreas agrícolas. Como resultado dessa política, grandes áreas de Cerrado foram desmatadas, sendo o Bioma Cerrado atualmente considerado como um dos 25 ecossistemas do planeta, com alta biodiversidade, que está ameaçado (DISTRITO FEDERAL, 2018b, s.p.).

Desde a instalação da Embrapa Cerrados a relação de parceria permanece nos moldes estabelecidos pelo Ministério da Agricultura. Ademais, forneceu e custeou a energia elétrica até novembro de 2022. Desde então a Secretaria de Educação do DF tornou-se a mantenedora.

O abastecimento de água potável na unidade de ensino é realizado por caminhão pipa custeado pela Secretaria de Educação do DF, uma vez que o poço artesiano

⁵ Esta informação consta no processo via SEI 000-00111598/2023-78, despacho da SEE/CRE/Planaltina/UNIPLAT, de 15-05-2023.

construído pela CAESB em 2010 e revitalizado em 2020 é impróprio para o consumo, conforme análise laboratorial, disponível em arquivos na escola. Porém para usos diversos a escola sempre utilizou água canalizada de uma mina d'água. É válido o registro de que esta UE funciona em terreno cedido e nas proximidades de uma reserva ambiental da Embrapa Cerrados, na qual pode-se encontrar Cerradão, Mata de Galeria, Formações Campestres e Veredas (RIBEIRO; WALTER, 2008).

A cronologia da E.C. ETA 44 é marcada por diversos acontecimentos que tramitam reformas e ampliações do espaço físico, como a descoberta em 2006, de que duas salas de aula funcionavam em cima de um silo subterrâneo com aproximadamente quatro metros de largura por uns oito metros de profundidade, coberto por um tapume de madeira e um piso de concreto. Posteriormente, o silo foi devidamente desativado e as salas reformadas.

Há de fato, uma vasta pluralidade de atores que contribuíram para a formalização da escola, notavelmente, o destaque se direciona a professora Denise Valadares, a qual contribuiu efetivamente para a consolidação da unidade de ensino enquanto instituição e estabelecimento escolar. Sua trajetória na escola começou em fevereiro de 1992, como Diretora, permanecendo no mesmo cargo por 28 anos, até sua aposentadoria em janeiro de 2020.

Existem relatos colhidos na I Roda de Mulheres Pioneiras do Núcleo Rural Sarandi, promovida no dia 03-03-2023, que em 1960, aproximadamente, que as atividades escolares eram realizadas em uma casa funcional, ao lado da atual instalação predial da unidade escolar. A casa pertencia ao Ministério da Agricultura em terras conhecidas como Fazenda Modelo. Na residência uma professora lecionava para uma classe multisseriada, cujos estudantes pertenciam às famílias de algumas mulheres presentes nesta Roda.

Cabe o registro, que o referido encontro foi mediado pela Diretora Élvia Cardoso e a Coordenadora Pedagógica da escola Tânia Maia Vaz. A roda de conversa ocorreu na casa da Dona Berenice no núcleo Rural Sarandi, embaixo de um Ipê Roxo, uma árvore com aproximadamente 80 anos de idade, conforme relatos das mulheres ali reunidas. Por conseguinte, ao final do encontro as mediadoras perceberam a importância do registro das memórias e vivências desses protagonismos, uma vez que notadamente os desdobramentos culturais e sociais revelam-se como fatores influentes no quadro de

formação das comunidades Sarandi e Sítio Novo. O protagonismo feminino, expressa - se como agente político emergente, no qual caracteriza - se pela resistência de corpos femininos, pela reforma agrária e pela demanda por manutenção de políticas públicas, que pudessem abarcar os contextos sociais campestinos.

A Memória da I Roda de Mulheres Pioneiras do Núcleo Rural Sarandi foi tema de uma Exposição Fotográfica realizada na escola em homenagem ao Dia da Mulher. Algumas turmas motivadas pela exibição das fotografias, revisitaram o Inventário da unidade escolar e desenvolveram atividades nas quais os estudantes entrevistaram os funcionários, promoveram rodas de conversa, conheceram o acervo fotográfico da escola, participaram da contação de histórias, dentre outros. Partindo desses desdobramentos, vários questionamentos foram levantados, entre eles: Quando a escola iniciou suas atividades enquanto instituição? Quais foram as pessoas que influenciaram significativamente a escola? Quais foram os eventos marcantes para a história da comunidade escolar? Como se dá as interações entre a escola e a Embrapa? Qual a localização? Quantos estudantes a escola possui? Quais as modalidades de ensino?

Desse modo, a escola iniciou o ano letivo de 2023 com 93 estudantes matriculados, sendo estes em sua totalidade, moradores do núcleo rural Sarandi, Sítio Novo, Grotão, Lagoa Bonita e Água Rasa. E, ainda, alguns estudantes da Estância, bairro urbano de Planaltina - DF.

Ressaltamos, que para as considerações a seguir, o Projeto Político - Pedagógico 2023 da escola, abarca informações pertinentes, tais como:

A diversidade socioeconômica-cultural é característica da comunidade local. Trata-se de uma realidade singular, em que, uma parcela de moradores possui terreno próprio, porém com moradia modesta. Por outro lado, nota-se um número significativo de moradores que pertenciam ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Algumas famílias receberam pequenas propriedades/lotes de terreno e não permaneceram organizadas no Movimento.

Observa-se que é uma comunidade rural, com comércio pouco desenvolvido nas proximidades. O acesso à telefonia celular é limitado e a telefonia fixa inexistente. Os moradores recebem a visita de um médico uma vez ao mês na Sede da Associação dos Moradores do Sarandi.

Devido à proximidade da região com a área urbana, muitos moradores trabalham na cidade. Além disso, há pessoas que prestam serviço

braçal nas chácaras vizinhas, e às vezes atuam como caseiros. Há também moradores aposentados e outros inscritos em Programas de Benefícios ao Cidadão. Quanto à produção agrícola nas chácaras, ela se limita às hortas e produção para alimentação animal.

Os estudantes dependem do transporte escolar locado pela SEEDF para acesso à escola, o transporte público circula somente três vezes ao dia em linha limitada. Em relação à alimentação, percebe-se que as refeições servidas na escola são fundamentais para a complementação nutricional de muitos estudantes (DISTRITO FEDERAL, 2023).

Outro ponto a ser considerado e que consta no PPP - 2023 é a Organização Escolar em Ciclos que abarca a proposta de Educação Inclusiva, conforme regras descritas na Estratégia de Matrícula - documento oficial da SEEDF que regulamenta a organização das turmas. Sendo assim:

Esta Instituição de Ensino é organizada no sistema de ciclos e possui uma turma de 1.º Período e uma de 2.º Período na Educação Infantil/1º ciclo, uma turma de 1.º ano, uma de 2.º ano e uma de 3.º ano, que fazem parte do 2.º ciclo (Bloco I), além de uma turma de 4.º ano e uma turma de 5.º ano, que também fazem parte do 2.º ciclo (Bloco II), com atendimento no turno matutino. E, ainda, as turmas do 1.º 2.º, 3.º, 4.º e 5.º anos participam de atividades complementares no turno vespertino – Educação em Tempo Integral (DISTRITO FEDERAL, 2023).

A transição do 5º ano para o 6º ano do Ensino Fundamental é marcada por significativas mudanças que envolvem diferenças na organização escolar e nos encaminhamentos utilizados no processo de ensino-aprendizagem. Os estudantes são encaminhados para uma escola sequencial em Planaltina e utilizam o transporte escolar locado pela SEEDF.

No Centro de Ensino Fundamental 04 de Planaltina (CEF 04), os estudantes oriundos da Escola Classe ETA 44 frequentam o 3.º Ciclo composto por dois blocos: o primeiro, por turmas de 6.º e 7º anos e o segundo, com as turmas de 8.º e 9.º anos do Ensino Fundamental. Ao final desse Ciclo notam-se várias situações que motivam a infrequência, abandono e evasão escolar, conforme relatos na comunidade local, tais como a falta de recursos financeiros, dificuldades das famílias em acompanhar as atividades escolares, horários escolares incompatíveis, entre outros.

4. PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA COLETIVA

Com a finalidade de resgatar e promover na escola um ambiente propício à reflexão-ação-reflexão constante, acerca da práxis pedagógica, transformando - a em aprendizagens significativas de forma a atenuar as desigualdades sociais, procurando viabilizar um ensino de qualidade e equidade para todos. Concomitantemente, algumas ações foram criadas e otimizadas ao longo dos anos de 2020 a 2023, e, ainda, registradas no PPP de cada ano letivo e no Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental da escola, construído em 2022.

4.1. Histórico - 2020

Tendo em consideração a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia de 11 de março de 2020, como pandemia do novo Coronavírus, dentre as medidas para garantir a segurança da população e evitar a proliferação da COVID-19 pelo Governo do Distrito Federal, estava a suspensão das aulas na rede de ensino pública do Distrito Federal, conforme Decreto nº 40.520, de 14-03-2020. Por conseguinte, enquanto diretora da E. C. ETA 44 em parceria com a vice - diretora, sendo responsáveis pela gestão da unidade escolar, optamos pelo trabalho em revezamento com os servidores de vigilância para resguardar o patrimônio, supervisionar a reforma e as obras nas instalações da escola, apoiar os colaboradores terceirizados que estavam em trabalho presencial. Mais adiante, em conformidade com o Plano de Ação estabelecido pela Portaria nº 120, de 26 de maio de 2020 e das Orientações à Rede Pública de Ensino para o retorno às Atividades Pedagógicas - no contexto da COVID - 19 (Julho de 2020), efetuamos o diagnóstico da comunidade escolar e direcionamos a elaboração, execução e avaliação para o aperfeiçoamento do Plano de Gestão Estratégica para Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais.

Em novembro, desse mesmo ano, juntamente com outras duas docentes da escola, iniciei a formação na 2ª Edição do Curso de Aperfeiçoamento para professores (as) da Educação Básica das Escolas do Campo do Distrito Federal - Programa Escola da Terra.

Os temas dos primeiros encontros continuam atuais e desafiadores como as considerações que foram feitas pela professora Mônica Molina, na época: “Como formar docentes para atuarem nas escolas do campo a partir de áreas do conhecimento, de modo que esse conhecimento científico esteja em diálogo profundo e permanente com a realidade desses educandos”⁶.

Percurso Formativo 2021

Na organização do trabalho pedagógico da E.C.ETA 44, mediado por tecnologias, entre as principais ações estavam o incentivo à formação continuada específica para os profissionais da Educação do Campo e a construção do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental, palestras com temas inovadores e experiências bem-sucedidas de Educação do Campo. E, ainda, foram ofertadas oficinas virtuais sobre Educação do Campo com a finalidade de promover o diálogo, a troca de saberes e a formação continuada dos profissionais da educação que atuam na referida escola.

Nos sábados letivos temáticos foram organizadas "Rodas de conversa online" com a participação de toda a comunidade escolar

No segundo semestre de 2021, as escolas públicas do DF têm as suas atividades presenciais retomadas, conforme decreto nº 42,253, de 30 de junho de 2021, seguindo um minucioso protocolo de biossegurança.

Percurso Formativo 2022

Em 2022, a escola iniciou o ano letivo em regime 100% presencial para todos os estudantes e profissionais, observando os protocolos e medidas de biossegurança.

Nas coordenações coletivas, foram ofertadas oficinas sobre Educação do Campo com a finalidade de promover o diálogo, a troca de saberes e a formação continuada dos profissionais da educação que atuam na referida escola. Inclusive algumas foram ministradas por formadores da EAPE que visitaram a unidade escolar.

⁶ Informação verbal, obtida em atividade do curso Escola da Terra, 2020.

Percurso Formativo 2023

O Projeto Político - Pedagógico é um documento elaborado coletivamente pela comunidade escolar com a finalidade de estabelecer a sua identidade frente às orientações gerais dadas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Para consolidar tal prática, o processo foi conduzido pela pedagoga da escola, Kátia Regina. É interessante o registro da mística, usada por ela, na qual foi levantado um questionamento e posterior reflexão

“Somos um na multidão? Ou somos mais um na multidão? Reflexão: Fazemos parte da mesma espécie, mas temos nossa singularidade. Um documento que registra parte desta individualidade é a nossa RG / Identidade - nela temos a nossa origem familiar, data de nascimento etc. E nossa escola? É uma ou mais uma em meio às instituições educacionais? O documento que registra a singularidade dela é o nosso PPP. Vamos verificar se os dados nele registrados representam nossa identidade?”⁷

Por conseguinte, ao incentivar nos encontros de coordenação coletiva, momentos para a escuta sensível dos (as) docentes, estamos na busca e na construção de nossa identidade enquanto escola que oferta uma Educação do Campo.

Para mais um encontro formativo, a professora Tatiane Ribeiro que participou como tutora/formadora na 2ª Edição do Curso de Aperfeiçoamento para professores/as da Educação Básica das Escolas do Campo do Distrito Federal - Programa Escola da Terra e que atualmente está em regência de classe nesta UE, foi a palestrante na coordenação coletiva do dia 12-04-2023, com o tema: Grupos de Organicidade.

A professora palestrante apresentou a proposta de organização com base nas formações do Escola da Terra, onde os grupos se dividem em tarefas articuladas para o sucesso de cada momento formativo, para estes momentos as funções propostas foram: Mística inicial, Articulação e Mediação, Registro e Memória, Avaliação. Ao final,

⁷ Coordenação pedagógica coletiva: 29-03-2023, Local: Escola Classe ETA 44, Horário: 13h30min às 16h30min, Tema: Projeto Político Pedagógico 2023, Mediação: Katia Regina.

voluntariamente, cada professora ficou responsável por uma tarefa a ser realizada na próxima coordenação coletiva.

A partir do entendimento destes percursos formativos, entendemos que é o momento de realizarmos por meio de entrevistas estruturadas a escuta sensível dos participantes deste processo. Sendo assim, apresentamos as seguintes perguntas para o questionário:

1. A proposta de organização e participação dos (as) docentes (mística inicial; articulação e mediação; registro e memória; avaliação) durante a coordenação pedagógica coletiva na Escola Classe ETA 44 tem contribuído para uma ressignificação do papel da escola, enquanto unidade de ensino que oferta educação do campo? De que forma?
2. Na sua percepção como docente, qual a contribuição da cultura popular na organização do trabalho pedagógico e na proposta de formação continuada na Escola Classe ETA 44?
3. Descreva quais os momentos mais significativos da proposta atual de coordenação pedagógica, levando em conta a comparação com as coordenações de uma etapa anterior em que não se trabalhava esta proposta de organicidade.
4. Por último, comente em que aspectos essa organicidade atual pode melhorar?

É interessante informar que alguns acontecimentos inviabilizaram a aplicação imediata da entrevista assim que a planejamos em nossa pesquisa, pois 19-04-2023 foi feriado, 26-04-2023 paralisação dos professores, 03-05-2023 conselho de classe. E, ainda, de 04-05 à 25-05-2023 os (as) professores (as) e orientadores (as) educacionais do Distrito Federal entraram em greve, da qual participei efetivamente.

Sendo assim, o questionário foi aplicado em 31-05-2023. A mística deste encontro foi conduzida pela coordenadora pedagógica Tânia Maria e teve como tema a cultura popular brasileira e as festas juninas.

Estavam presentes sete professoras que atuam da Educação Infantil ao 5º ano, a pedagoga, a vice - diretora e a coordenadora pedagógica, num total de dez docentes.

Para fins de identificação das participantes, foram atribuídas letras do alfabeto, para cada pessoa, sendo elas: **A, B, C, D, E, F, G, H, I, J.**

Para uma análise amostral e interpretativista, as respostas foram registradas literalmente e como citação longa.

Durante a aplicação do questionário, houve três abstenções. E, ainda, duas professoras ausentaram-se para atender os pais de um estudante e não responderam posteriormente. Consequentemente cinco participantes concluíram e entregaram, ao fim da coordenação coletiva, o questionário com respostas completas.

Em outro momento, uma educadora que estava de atestado médico, pediu para responder, uma vez que acompanhou e colaborou com os encontros anteriores, totalizando seis questionários respondidos e entregues.

Nas respostas obtidas na questão 1, as narrativas sugerem que a proposta de organização e participação dos (as) docentes (mística inicial; articulação e mediação; registro e memória; avaliação) durante a coordenação pedagógica coletiva na Escola Classe ETA 44 tem contribuído para uma ressignificação do papel da escola, enquanto unidade de ensino que oferta educação do campo. Uma resposta dada em um questionário aplicado, a participante **A** expressa e sintetiza o sentimento coletivo:

“A organicidade promove a cooperação, viabiliza e estimula a participação política e a conscientização dos educadores, pois é por meio dela que o grupo desenvolve a sua coletividade, envolvendo a todos os sujeitos da escola na gestão dos encontros, estabelecendo assim relações menos verticalizadas no interior da escola. Desta forma, todos são estimulados a participar, contribuir, colocar suas opiniões, problematizar.”⁸

As opiniões coletadas na questão 2, contribuem, também, para a resposta de uma proposta levantada no início da pesquisa na qual visamos buscar e captar a diferença entre o momento de uma coordenação pedagógica alicerçada na forma da escola urbana e a transição para uma coordenação pedagógica em que pressupostos da Educação do Campo emergem, bem como a relevância da cultura popular nesse novo momento organizativo. A participante **B** resume as respostas para tais questionamentos, quando diz que:

“A cultura popular contribui para a produção de um sentimento de pertencimento à comunidade, a inclusão da temática no espaço de formação continuada revela pontos significativos e reflexões

⁸ Registro literal da narrativa escrita da participante **A**, no questionário aplicado em 31-05-2023, Local: Escola Classe ETA 44, Horário: 13h30min às 16h30min.

importantes para serem tratados em sala de aula, permitindo a geração de um ciclo de apropriação e pertencimento contínuo.”⁹

Para as considerações em relação à questão 3, trago para esse espaço o que me motivou a realizar esta pesquisa, que foi a organicidade proposta nos encontros do Escola da Terra, onde os grupos se dividem em tarefas articuladas para o sucesso de cada momento formativo, sendo que, para estes momentos as funções propostas foram: mística, mediação, memória e avaliação.

Em todas as respostas, dadas pelas entrevistadas, observa - se uma linha de pensamento similar, onde podemos exemplificar com a narrativa da participante **C**:

“Os momentos mais significativos da proposta atual são a mística inicial que além de trazer reflexões importantes e informações possibilita partilhas, memórias e nos convida a estar presentes na reunião. Em comparação com outros modos de coordenação coletiva destaco o fechamento (avaliação) porque nos dá ideia de motivação para planejarmos para as salas de aula e de organização de um trabalho sério. Além disso, eu destaco ainda a própria maneira de participação de cada educador (a) nos momentos demais constituindo um grupo coletivo e acolhedor.”¹⁰

Ao analisar as respostas da entrevista na questão 04, na qual as participantes foram convidadas a comentar em que aspecto essa organicidade atual pode melhorar, a voz da participante **D** converge com a minha análise, enquanto pesquisadora participante:

“Acredito que todos os segmentos da escola deveriam ser incluídos e ouvidos. Que os estudantes também fizessem parte em algum momento do planejamento escolar, assim como os servidores, num geral. Mas compreendo que este processo é uma construção, que não será constituída do dia para noite. O ponta pé inicial já foi dado, a inclusão dos demais será apenas consequência.”¹¹

⁹ Registro literal da narrativa escrita da participante **B**, no questionário aplicado em 31-05-2023, Local: Escola Classe ETA 44, Horário: 13h30min às 16h30min.

¹⁰ Registro literal da narrativa escrita da participante **C**, no questionário aplicado em 31-05-2023, Local: Escola Classe ETA 44, Horário: 13h30min às 16h30min.

¹¹ Registro literal da narrativa escrita da participante **D**, no questionário aplicado em 31-05-2023, Local: Escola Classe ETA 44, Horário: 13h30min às 16h30min.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa cujo objetivo foi investigar os impactos da organicidade do trabalho formativo com os docentes na Escola Classe ETA 44, articulado com o trabalho sobre cultura popular e sua conexão no pertencimento dos docentes com os princípios e valores da Educação do Campo, me levam a concluir que a tão almejada transformação da forma da escola é algo que precisa ser cultivado por cada um dos “agricultores do saber” com afínco e dedicação.

Pode - se dizer que na organização do trabalho pedagógico desenvolvido na Escola Classe ETA 44, nos anos letivos de 2020, 2021, 2022 e primeiro semestre de 2023, com o incentivo e a possibilidade da adoção de uma proposta de organização com a participação dos (as) docentes na (mística, mediação, memória e avaliação) durante os encontros destinados à coordenação pedagógica coletiva, resultou em modificação significativa, uma vez que os eixos transversais assumidos no Currículo em Movimento da SEEDF passaram a dialogar, com mais frequência, com as Diretrizes da Educação do Campo. Consequentemente, conduzindo para a criação de estratégias pedagógicas diferenciadas para abordá - los.

Em face do exposto, é válido citar que o Projeto Político - Pedagógico da Escola Classe ETA 44 de 2023, pretende assegurar que sejam observados e desenvolvidos os Eixos Transversais propostos pela SEEDF: Educação para a Diversidade; Educação para a Sustentabilidade; Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos. Assim sendo, propõe a articulação entre todos eles e os conteúdos/objetivos de aprendizagens por meio de quatro temas geradores: **água, campo, cultura popular e Brasil**. Concomitantemente, a cada bimestre um dos temas geradores norteará o alinhamento dos conteúdos que serão trabalhados, favorecendo, desta maneira, a interdisciplinaridade.

Em razão de alguns aspectos, evidenciados nesta pesquisa é válido destacar que a escola está na busca da garantia do direito a uma Educação Do e No Campo, ou seja, que as “pessoas sejam educadas no lugar onde vivem e sendo partícipes do processo de construção da proposta educativa, que deve se dar a partir de sua própria história, cultura e necessidades” (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 44).

REFERÊNCIAS

CAPUTO, Denise. Em caráter emergencial, a CLDF prorroga os mandatos de diretores escolares até 2023. Agência CLDF. Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/em-carater-emergencial-cldf-prorroga-mandatos-de-diretores-escolares-ate-2023#:~:text=EDUCA%C3%87%C3%83O-.Em%20car%C3%A1ter%20emergencial%20CLDF%20prorroga%20mandatos%20de%20diretores%20escolares%20at%C3%A9%202023,-Publicado%20em%2006>.

Acesso em 08/05/2023.

CODEPLAN - Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio – PDAD. Brasília: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, 2022.

_____. CULTURA E AGROECOLOGIA. In: DIAS, Alexandre Pessoa; PERCASSI, Jade; BONASSA, Juliana; GUILHERME, Sylviane. Dicionário de agroecologia e educação. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021, p. 287.

_____. Educação do Campo. In CALDART, R. et al. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 259 a 267, p. 473.

EMBRAPA CERRADOS. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento / Embrapa Cerrados. Caracterização dos solos da bacia do Sarandi / Larissa Ane de Sousa Lima ... [et al.]. – Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2014. Disponível em <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/128191/1/bolpd-318.pdf> . Acesso em 6/5/2023.

EMBRAPA CERRADOS. Embrapa Cerrados: conhecimento, tecnologia e compromisso ambiental. Disponível em <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/562683> . Acesso em 06/05/2023.

FPEC- Formação de professores, práticas pedagógicas e epistemologias do professor do campo. Educação do Campo: da teoria a práxis / Sérgio Luiz Lopes (Org.). – Natal: Caule de Papiro, 2021, p. 23 a 47.

GOMES, Leonio Matos. Fortalecimento da identidade campesina na participação popular nas Escolas do Campo : um estudo de caso no Centro Educacional Taquara, em Planaltina – DF, 2021. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, 2021.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Sistema eletrônico de informações. Processo SEI 00080-00111598/2023-78, Doc. SEI/GDF 112702876. Disponível em http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php? Acesso em 15/05/2023.

_____. Indústria cultural e educação. In CALDART, R; BASTOS, Manoel Doura; STEDILE, Miguel Enrique; BÔAS, Rafael Litvin Villas. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 412 a 419.

REIS, Vanessa de Paula; CORDEIRO, Lucilene Dias. Escolas pioneiras de Brasília: A instalação das primeiras instituições educacionais até a inauguração da nova capital. Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 160-171, mar. 2020. Disponível em <http://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/issue/view/22> Acesso em 06/05/2023.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação Infantil. 2ª Edição Brasília – DF, 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal – 2019. Disponível em <http://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/03/Diretrizes-Ed-do-Campo-V6-JUL2020-2.pdf> . Acesso em 06/05/2023.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Orientações Pedagógicas: Projeto Político-Pedagógico. Disponível em http://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/07/orientacoes_pedagogicas.pdf . Acesso em 6/5/2023.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Espaço Pedagógico, Projetos Pedagógicos das escolas, 2021 e 2022. Disponível em http://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/09/ppp_ec_eta_44_planaltina.pdf e http://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/07/ppp_ec_eta_44.pdf . Acesso em 06/05/2023.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-Ação 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Escola da terra: formação de professores das escolas do campo no Distrito Federal / organizadores, Eliene Novaes Rocha ... [et al.]. Brasília : Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, 2021.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Caderno 2 da Residência Agrária da Universidade de Brasília - FUP – Cultura, Arte e Comunicação. 1ª ed.- São Paulo, Outras Expressões, 2015, p. 17-37, p. 61-65.